

Comunicado - Governo de Minas

Qui 14 dezembro

O governador Romeu Zema comentou, nesta manhã, em coletiva de imprensa, sobre decisão concedida nesta quarta-feira (13/12) pelo ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Kassio Nunes Marques, que prorroga o prazo do fim da carência do pagamento da dívida de Minas Gerais com a União.

"Fiquei extremamente satisfeito com essa decisão do ministro Nunes Marques, que acolheu tanto um pedido do Governo quanto da Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG) e também do Ministério da Fazenda, para que tenhamos mais 120 dias. Agradeço àqueles que estiveram pessoalmente envolvidos, o presidente do Senado, o presidente da ALMG, Tadeuzinho, e nosso líder de governo (na ALMG), João Magalhães. Todos esses atores tiveram participação enorme nesse projeto. Agora, temos 120 dias para traçarmos um novo plano, já que o atual, no entendimento de alguns, possui regras que demandam um excesso de exigências.

Desde o início do meu governo, há 4 anos e 11 meses para ser exato, tenho dito que nós temos um problema seríssimo, que é a dívida do Governo de Minas. Para mim, mais que para qualquer outra pessoa, é muito bom saber que agora estamos unidos, e que o problema realmente passou a ser visível. Me parece que, no passado, alguns se negaram a enxergar essa dívida gigantesca — que chegou inclusive, em 2017 e 2018, no governo passado, a atrasar o repasse de recursos para municípios e atrasar a folha de pagamento. Com um esforço gigantesco, nós conseguimos colocar tudo em dia. Mas se nós não tivermos um refinanciamento adequado é só questão de tempo para que aquela situação caótica se repita.

Sempre fui a Brasília, inclusive muitas vezes solicitei agenda e não havia agenda. Sou um governador que trabalha de segunda a segunda, sem parar, no interior do estado e em Brasília. Da nossa parte, nós estamos totalmente abertos (ao diálogo).

Agora, tem que ficar claro que o que vai haver não é uma alternativa ao Plano de Recuperação Econômica, mas um aperfeiçoamento desse plano que hoje, para alguns, é extremamente rigoroso. O Rio de Janeiro foi o primeiro estado a aderir e houve aperfeiçoamentos, uma versão nova. Agora talvez teremos um novo aperfeiçoamento, mas tem de ficar claro que é um plano de recuperação. Tudo será discutido em Brasília, no Congresso, e isso não depende só de nós".